

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROJETO: ESCOLA E COMUNIDADE CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE¹

Eliane Santos de Santana (Graduando curso Pedagogia/Unit - nane.schuster1@gmail.com)

Elisenia de Carvalho Lima(Graduando curso Pedagogia/Unit-zenia_nena_@hotmail.com)²

Betisabel Vilar de Jesus Santos (Orientadora/Unit - betisabelvilar@ig.com.br)³

Resumo

A preocupação com os problemas gerados pela intervenção desordenada do homem sobre o ambiente e com o futuro da vida no/do planeta fez com que emergisse uma nova consciência quanto a necessidade de mudar hábitos antigos que acabaram por provocar a destruição, degradação e desvalorização do planeta e se passasse a desenvolver novas formas para tornar melhor a vida dos habitantes do planeta. Órgãos e militantes das causas ambientais vêm promovendo eventos, protestos, leis e elaborando material de divulgação chamando a atenção para a causa do meio ambiente. Do consenso quanto à necessidade de mudanças de mentalidade para preservar a natureza surgiu a ação educativa que resultou na institucionalização da Educação Ambiental (EA), como forma de desenvolver nas novas gerações uma consciência crítica de suas ações assim como a necessidade de preservação do ambiente comum a todos os seres. Um programa de EA para ser efetivo deve promover simultaneamente, o conhecimento, a reflexão sobre atitudes e hábitos necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental, que deve ser iniciado na escola, mas expandir-se pela circunvizinhança e sucessivamente até a cidade, a região, o país, o continente e o planeta. Partindo do entendimento de que a teoria é válida, mas é na prática que ela se confirma; de que o exercício prático fornece os indicadores de acertos e erros, apontando onde pode melhorar, ou onde não se deve investir; e, de que nenhuma teoria ou prática é permanente, pois o homem é um ser em evolução constante, optamos por analisar uma proposta de EA desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Infantil Berenice Campos, pertencente a rede municipal de ensino de Aracaju, buscando identificar mudanças no cotidiano escolar dos alunos da referida escola. A preocupação com a questão ambiental emergiu em f

inal de 2009 quando a escola passou a contar com uma nova coordenação composta pelas professoras Erilene Correia de Matos e Leda Maria da Cruz que, ao se defrontarem com o acúmulo de lixo ao redor da escola e de outros espaços da comunidade decidiram implementar ações voltadas à promoção de uma nova consciência ambiental e ao reaproveitamento dos recursos disponíveis na comunidade, muitas vezes descartados. A ação que inicialmente se concentrou na escola passou a envolver o atendimento as famílias e comunidades buscando estabelecer os vínculos necessários fortalecimento do trabalho desenvolvido pela escola. Para realizar o estudo adotamos como procedimentos: o levantamento bibliográfico para subsidiar as análise desenvolvidas, a coleta de dados através da observação do trabalho desenvolvido pela escola, análise de documentos e realização de entrevistas com os diversos segmentos da escola. Concluímos que apesar da EA não ser componente obrigatório do currículo educacional da educação infantil, se queremos construir

¹Trabalho apresentado como requisito para Conclusão de Curso de Pedagogia.

² Graduandas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

³ Orientadora. Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe e Doutoranda em Educação pela PUC/RS. betisabelvilar@ig.com.br.

uma consciência de preservação do meio ambiente, a escola um importante papel a desempenhar nessa busca pelo desenvolvimento sustentável e este trabalho vem efetivamente sendo realizado pela EMEI Berenice Campos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável. Educação Ambiental. Meio Ambiente. Prática Pedagógica

Abstract

The concern with the problems generated by the intervention disorderly man on the environment and the future of life on / the planet that did emerge with a new awareness of the need to change old habits that eventually cause the destruction, degradation and devaluation of the planet and passed to develop new ways to make better the lives of inhabitants of the planet. Organs and environmental causes of militants have been promoting events, protests, drafting laws and publicity material drawing attention to the cause of environment. Consensus on the need to change mindset to preserve nature arose educational action that resulted in the institutionalization of environmental education (EE) as a way of developing the new generations a critical consciousness of their actions and the need to preserve the common environment all beings. An EA program to be effective should promote simultaneously, knowledge, reflection on attitudes and habits necessary for the preservation and improvement of environmental quality, which should start in school, but expand the surroundings and forth to the city, the region , the country, the continent and the planet. Based on the understanding that the theory is valid, but in practice it is confirmed, that provides the practical indicators of success and failure, pointing out where you can improve, or where you should not invest, and that no theory or practice is permanent, because the man is constantly evolving, we chose to analyze a proposal developed by EA at the Municipal School of Education Early Childhood Berenice Campos, belonging to the municipal school of Aracaju, in order to identify changes in daily school life of students this school. Concern over environmental issues emerged in final 2009 when the school now has a new coordination composed by teachers Eriene Correia de Matos and Leda Maria da Cruz who, when confronted with the accumulation of garbage around the school and other community spaces decided to implement actions aimed at promote a new environmental awareness and reuse the resources available in the community, often discarded. The action initially focused on school attendance began to involve families and communities seeking to establish the necessary links strengthening the work of the school. To conduct the study as adopted procedures: the literature to support the analysis undertaken, the collection of data through observation of the work of the school, review of documents and interviews with various segments of the school. We conclude that despite EA not be mandatory component of the educational curriculum of early childhood education, if we want to build an awareness of environmental preservation, the school an important role to play in this quest for sustainable development and this work is actually being done by EMEI Berenice Campos .

Keywords: Sustainable development. Environmental Education. Environment. Pedagogical Practice

1. Introdução

A postura assumida pelo homem em relação à natureza tem ao longo dos séculos provocado mudanças significativas nas condições climáticas da Terra, causando grande impacto na fauna e na flora, daí resultando grandes catástrofes.

Neste contexto surge a necessidade de aprender a explorar a natureza de forma sustentável, evitando mudanças bruscas de temperatura e tempestades, conservando o ambiente para as gerações futuras em condições de ser explorado novamente.

A preocupação com os problemas gerados pela intervenção desordenada do homem sobre o ambiente e com o futuro da vida fez com que surgisse a mobilização da sociedade, exigindo soluções e mudanças. Uma das iniciativas mais marcantes foi a institucionalização da Educação Ambiental, como forma de desenvolver nas novas gerações uma consciência crítica de suas ações assim como a necessidade de preservação do ambiente comum a todos os seres.

Mas, como tem se dado o ensino de Educação Ambiental (EA)? Será que o desenvolvimento dessa prática tem contribuído para criar uma nova mentalidade nas crianças e jovens? A partir de que ano pode-se trabalhar esse tema? Para encontrar respostas a algumas dessas questões foi elaborado o presente artigo que tem como finalidade analisar a prática da Educação Ambiental na escola.

Partindo do entendimento de que a teoria é válida, mas é na prática que ela se confirma; de que o exercício prático fornece os indicadores de acertos e erros, apontando onde pode melhorar, ou onde não se deve investir; e, de que nenhuma teoria ou prática é permanente, pois o homem é um ser em evolução constante, optamos em tomar como referência nesse estudo o trabalho desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Infantil Berenice Campos, buscando identificar mudanças promovidas no cotidiano escolar dos alunos da referida escola.

Trata-se, portanto, de um estudo de caso, que consiste no "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento" (GIL, 2004, p. 54). É utilizado quando há o interesse em observar a ocorrência do fenômeno no campo social sendo a teoria utilizada para interpretar os dados coletados.

Para realizar o estudo adotamos como procedimentos: o levantamento bibliográfico para subsidiar as análises desenvolvidas, a coleta de dados através da observação do trabalho desenvolvido pela escola, análise de documentos e realização de entrevistas com os diversos segmentos da escola.

Esperamos com este artigo contribuir para ampliação das ações voltadas a difusão da Educação Ambiental na Educação Básica.

2. Contextualizando a Educação Ambiental

A Educação Ambiental compreende o ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar na preservação e utilização sustentável dos seus recursos.

Variações climáticas despertaram essa consciência crítica, acerca das respostas da natureza as ações do homem no meio ambiente. Trazendo a necessidade de repensar sua forma de vida, seu cotidiano e a preservação do meio ambiente.

Do consenso quanto à necessidade de mudanças de mentalidade para preservar a natureza surgiu a ação educativa. Órgãos e militantes das causas ambientais vêm promovendo eventos, protestos, leis e elaborando material de divulgação chamando a atenção para a causa do meio ambiente. Exemplo de ação voltada a esta questão é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, que promoveu três conferências internacionais em EA durante duas décadas (70-80).

A primeira foi no ano de 1975, a Conferência em Belgrado (ex-Iugoslávia), contou com a presença de especialistas de 65 países, gerando a carta de Belgrado que preconizou a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humana. Partia-se do entendimento de que uma nação não podia se desenvolver com a destruição da outra, e sugeriu a criação de um Programa Mundial em Educação Ambiental.

A segunda e mais marcante que revolucionou a EA, foi à primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi (Geórgia) no ano de 1977. A UNESCO junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) defendia que a EA deveria basear-se na ciência e tecnologia para promover a consciência e adequada apreensão dos problemas ambientais, fomentando uma mudança de conduta quanto à utilização dos recursos ambientais. Defendia ainda, que a EA deveria ser permanente, global e sustentada numa base interdisciplinar e demonstrar a dependência entre as comunidades nacionais. Foram formuladas 41 recomendações que primam pela união internacional dos esforços para o bem do homem, tendo a EA como fator primordial para que a riqueza e o desenvolvimento dos países sejam atingidos mais igualmente.

O terceiro evento foi a Conferência de Moscou (antiga União Soviética) realizada em 1987 que reuniu cerca de 300 educadores ambientais de cem países. Esta conferência visava avaliar o avanço alcançado pela EA desde a conferência de Tbilisi. Buscava ainda apontar um plano de ação para a década de 1990, priorizando dentre outros: a confecção de recursos instrucionais, capacitação docente, e melhoria da qualidade das mensagens ambientais veiculadas pela mídia.

Depreende-se das conferências já realizadas, que um programa de EA para ser efetivo deve promover simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Deve ainda utilizar como laboratório, o metabolismo urbano e seus recursos naturais e físicos, iniciando pela escola, expandindo-se pela circunvizinhança e sucessivamente até a cidade, a região, o país, o continente e o planeta.

No Brasil, os fundamentos que embasam a política de EA foi preconizado no Artigo 225 da Constituição Federal, quando define que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para assegurar a efetividade desse direito, cabe, dentre outros, ao poder público: VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

A regulamentação da Educação Ambiental no Brasil se deu através da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Em seu Art. 1º, a Lei assim define Educação Ambiental:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

A citada Lei ainda estabelece que a educação ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, cabendo ao poder público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

A função de promover a Educação Ambiental é também atribuída às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, as quais estão estabelecidas no Art. 3º da

Lei 9.795/99 “V - Promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente”. De acordo com esta premissa, cabe a todos os cidadãos e não apenas aos governantes realizar a efetiva mudança de atitude na forma de agir dos homens, garantindo um meio ambiente em condições de ser explorado pelas gerações futuras.

A legislação também faz referência ao papel da imprensa na ampliação da Educação Ambiental defendendo que a esta cabe colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.

Essas ações buscam sensibilizar e proporcionar uma maior participação dos cidadãos e da sociedade organizada na tomada de decisão e implementação de ações, voltadas à promoção do equilíbrio ambiental, assegurando o desenvolvimento sustentável e a boa qualidade de vida das gerações futuras.

As ações propostas pelo governo brasileiro começaram a ser elaboradas tendo como referência a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) e da Cúpula da Terra; que aconteceu durante os dias 03 à 14 de junho de 1992, evento que consolidou a Agenda 21 Global para o meio ambiente.

A Agenda 21 global é um documento cujo início do processo de elaboração se deu em 1989 e após complexo processo de revisão, consulta e negociação, foi referendado por 179 países participantes da segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992.

Neste documento buscou-se comprometer os países na busca de alternativas para os problemas socioambientais e estabelecer um novo paradigma econômico e civilizatório ao conceito de progresso, de modo a assegurar maior harmonia entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento.

O documento está organizado em 41 capítulos e dentre as ações prioritárias estabelecidas no documento destacam-se: programas de inclusão social e de sustentabilidade urbana e rural; preservação dos recursos naturais e minerais e a definição de parâmetros éticos para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A partir da Agenda 21 Global, o governo brasileiro criou a Agenda 21 Brasileira que trata das ações propostas para a preservação do Meio Ambiente, assim como a disseminação de novos conhecimentos para esse fim. Em conjunto com essa ação foi criada a Carta da Terra

que é um documento oficial brasileiro; que discorre sobre a situação ambiental atual e a que queremos chegar. Ressaltando as responsabilidades individuais que os cidadãos precisam assumir diante da realidade existente, na busca de uma mudança cotidiana para preservar o meio ambiente.

Conforme o documento A Carta da Terra em Ação sua finalidade é “promover a transição para formas sustentáveis de vida e de uma sociedade global fundamentada em um modelo de ética compartilhada, que inclui o respeito e o cuidado pela comunidade da vida, a integridade ecológica, a democracia e uma cultura de paz”. (In. <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.htm>)

Construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global, a Agenda 21 Brasileira, construída entre 1996 e 2002, constitui importante instrumento de planejamento participativo voltado à promoção da sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. Sua implementação se deu em 2003, quando passou a integrar o Programa do Plano Plurianual, (PPA 2004-2007) adquirindo mais força política e institucional.

É composto por três ações estratégicas, a saber: implementar a Agenda 21 Brasileira; elaborar e implementar as Agendas 21 Locais e a formação continuada em Agenda 21. Seus princípios e estratégias subsidiaram a Conferência Nacional de Meio Ambiente, Conferência das Cidades e Conferência da Saúde.

Para por em prática os projetos da Agenda 21 Brasileira foram efetivadas parcerias e convênios com o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério de Minas e Energia; Fórum Brasileiro das ONGs para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Confea/CREA, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e prefeituras brasileiras. Por meio destas ações os governantes estão buscando assegurar o desenvolvimento sustentável através do uso racional dos recursos naturais.

Dados do IBOPE de 2007 revelaram a preocupação dos brasileiros com os problemas ambientais, mostrando que 68% deles acreditam que esta é uma prioridade de todos.

Ainda que os governantes tenham grande responsabilidade no processo de desenvolvimento sustentável, cabe aos cidadãos comuns e à sociedade civil organizada adotar uma postura mais ecológica no seu cotidiano, buscando preservar o meio em que vivem, como forma de promover um ambiente harmonioso para todos os seres existentes.

3. Ações voltadas ao desenvolvimento de uma consciência ambiental

Autores como: Dias (2000), Pedrini (1997), e Sata/ Carvalho (2005), são tomados como referência nesse trabalho, para analisar as concepções de Responsabilidade Global:

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário. Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria. Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não-participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. (In. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global)

Carvalho defende ainda que:

Seja no âmbito da escola formal, seja na organização comunitária, a Educação Ambiental pretende provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito. (CARVALHO, 2008, p. 158).

A proposta principal dos autores que tratam dessa questão é de superação da dicotomia entre natureza e sociedade, através da formação de uma atitude ecológica nas pessoas.

Ao ignorar os problemas ambientais e sociais causados pelo homem nos tornamos uma sociedade hipócrita e inconsequente, visto que a reprodução humana cresce a cada dia, na manutenção e utilização dos recursos naturais.

Apoiado no princípio de que o homem é um ser sociável, produtivo e capaz de modificar o meio que vive, a EA tem como um de seus fundamentos o desenvolvimento da visão sócio-ambiental, que entende o meio ambiente como um espaço de relações, um campo de interações culturais, sociais e naturais (a dimensão física e biológica dos processos vitais). De acordo com essa visão, nem sempre as interações humanas com a natureza são daninhas, porque existe um co-pertencimento, uma co-evolução entre o homem e seu meio e que resulta das interações entre a natureza e as diferentes espécies, estando aí inserida a humanidade.

Mas não basta desenvolver projetos e programas, elaborar material e capacitar professores, se tais ações não forem estendidas aos funcionários, família e comunidade em geral e se no âmbito do Estado não redundarem em efetivas ações no sentido de punir as pessoas e empresas que poluem e desmatam.

Essa forma de ver o mundo traduz um novo conceito, a formação de novos hábitos e de uma nova inteligência, trazendo coração e espírito para o ambiente, habilitando as faculdades de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, criando, nutrindo e fazendo crescer o amor pelo planeta.

É mudando hábitos antigos de destruição, degradação e desvalorização que se desenvolvem novas formas para tornar melhor a vida dos habitantes do planeta, possibilitando-lhes expectativas de qualidade de vida futura. Nesse contexto, a EA não deve ser vista como mais uma disciplina do currículo escolar, mas como uma necessidade comum a todos os seres humanos dentro e fora da escola.

Para mudar esse cenário de destruição do sistema ecológico pode-se começar com ações simples como controlar o desperdício de água nas residências, diminuir o lixo residencial reaproveitando objetos e encaminhando o que não lhe for necessário para as empresas de reciclagem; entre outros. Não se pode apenas esperar e cobrar dos governos, mas agir com o que está ao nosso alcance, para poder ter condições de cobrar dos líderes governamentais o que não é possível fazer sozinhos.

Nesta perspectiva se constitui uma sociedade sabia e consciente dos seus deveres, assim como diz aonde essa quer chegar. Não se pode cobrar de outras nações atitudes de respeito ao meio ambiente quando no âmbito interno não se assume uma atitude consciente.

A demonstração de respeito à natureza e a utilização de seus recursos de forma sustentável, resultará em propaganda positiva dessa ação, uma vez que influenciará outros a utilizar esses recursos sem agredir o meio ambiente. Desse modo, constata-se que a ação foi exitosa e será copiada.

A formação dessa mentalidade pressupõe entender a EA como um processo dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas passam a ser agentes transformadores, participando ativamente da busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social do uso dos recursos naturais.

4. Análise de uma experiência em Educação Ambiental

Com o objetivo de entender como se realiza uma prática de EA, este estudo tomou como referência o trabalho desenvolvido na Escola Municipal de Educação Infantil Berenice Campos, que está situada no Bairro Porto Dantas, zona norte do Município de Aracaju-SE.

Esta escola foi criada pelo Decreto nº 07 de 25 de janeiro de 2004. É constituída por cinco salas de aula, das quais duas destinadas ao berçário e três para as classes de 03 a 05 anos. Possui ainda sala de direção, cantina e uma pequena área coberta onde as crianças fazem as refeições e brincam. A estrutura física embora esteja necessitando de uma reforma é bem cuidada, limpa e decorada.

Em relação aos alunos atendidos nesta escola, percebeu-se que 58,7% correspondem ao sexo masculino e 41,3% feminino – tabela 1. Sendo que a idade tem a seguinte variação: 6 seis meses a 3 anos (42,2%), de 4 anos (29,3%), de 5 anos (28,5%), conforme tabela 2..

Sexo	Quantidade	%
Masculino	74	58,7
Feminino	52	41,3
Total	126	100

Tabela 1 – Tabela de alunos assistidos por sexo. Fonte: Pesquisa de campo 2010.

Idade	Quantidade	%
6 meses a 3 anos	53	42,2
4 anos	37	29,3
5 anos	36	28,5
Total	126	100

Tabela 2 – Tabela de alunos assistidos por idade. Fonte: Pesquisa de campo 2010.

Nesta escola, é desenvolvida uma proposta que visa sensibilizar a comunidade interna e externa para a necessidade de preservar o meio ambiente, evitando doenças e formar uma nova consciência ambiental voltada ao desenvolvimento dos pilares que norteiam a EA, a saber: reciclar, reduzir e reutilizar. Por entender que esta não é uma tarefa a ser assumida apenas pela escola, posto que envolve a formação de novos hábitos que precisam ser reforçados em casa buscou-se inicialmente promover a aproximação com a comunidade, com a associação de moradores e com órgãos públicos e privados que pudessem subsidiar as ações a serem desenvolvidas.

A preocupação com a questão ambiental emergiu em final da década e 2009 quando a escola passou a contar com uma nova coordenação composta pelas professoras Eriene Correia de Matos e Leda Maria da Cruz que, ao se defrontarem com o acúmulo de lixo ao redor da escola e de outros espaços da comunidade decidiram implementar ações voltadas à promoção de uma nova consciência ambiental e ao reaproveitamento dos recursos disponíveis na comunidade e muitas vezes descartados. Por meio da reciclagem de lixo pode-se preservar a natureza promovendo o equilíbrio do meio ambiente e ainda pode gerar renda e ocupação para as pessoas.

Conforme informado pela Prof^a Leda, era comum nos finais de semana o uso do espaço escolar para encontros familiares e de namorados, bem como, o uso do espaço interno e externo para pastagem de animais fato que tornava o ambiente pouco agradável à prática educativa. Aliado a esse fato, a nova coordenação também identificou problemas de saúde das crianças atendidas pela escola, causados em sua maioria por inadequados hábitos de higiene.

Inicialmente a nova coordenação buscou estabelecer parcerias no bairro com instituições como: Associação de Moradores, Polícia Comunitária e com outras associações representativas existentes. Estabeleceu parcerias também com órgãos externos como: Associação de Moradores de bairros circunvizinhos, Secretaria Municipal de Educação, Unimed, Polícia Militar de Sergipe (através do Pelotão Ambiental), Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (Care). Essas parcerias foram firmadas com o objetivo de proporcionar uma experiência prática com outros ambientes fora do cotidiano escolar, como a importância da separação dos resíduos e seus processos de reciclagem; a realidade de outras pessoas, que em comum dividem o espaço físico global; o encaminhamento a assistência médica pela escola quando se faz necessário, etc.

Detectados os problemas, as professoras decidiram implementar um projeto no qual a comunidade também participasse. Surgiu daí ‘Escola e Comunidade Cuidando do Meio Ambiente’ que teve como objetivo atenuar/erradicar os problemas sociais causados pelo acúmulo de lixo.

Entendendo que antes de reciclar o lixo, as pessoas precisam adquirir informações e mudar sua postura frente às questões ambientais, o projeto buscou despertar tanto a escola quanto a comunidade para a importância da reciclagem, reutilização e redução dos resíduos. Neste sentido, uma primeira ação desenvolvida consistiu em conversas e palestras com pais e comunidade em geral para a necessidade de preservação do espaço da escola. Estas palestras tiveram por finalidade sensibilizar a todos os envolvidos no processo educativo para a

importância da reciclagem, conservação do ambiente e os prejuízos que sua degradação trazem ao planeta e à saúde da população.

Também foram realizadas propostas de atendimento à comunidade com serviços básicos de atenção à saúde, contando com a participação de profissionais da Unimed e do Pelotão Ambiental da Polícia Militar de Sergipe, que prestaram orientação sobre os cuidados com a higiene e saúde e alimentação alternativa.

De forma simples, buscaram através da brincadeira, despertar nas crianças a consciência para a preservação e manutenção do Meio Ambiente. Desse modo, colchões que já não tinham utilidade no berçário foram utilizados na confecção de almofadas colocadas nos espaços de leitura das crianças. Pneus foram utilizados na confecção de bancos e balanços, garrafas Pet para confecção de puffs, todos revestidos com TNT já utilizado e que seria descartado. Caixas de papelão foram utilizadas para reproduzir situações vividas pelas crianças tanto no cotidiano escolar quanto da casa, sendo trabalhado também os cuidados a serem tomados para evitar acidentes nesses espaços. Houve também o aproveitamento de material que seria descartado para fabricação dos brinquedos surge nesse caso a ideia de ornamentar a escola com a confecção de mobiles com CDs e papelão e que serviram para trabalhar os animais. Dentro das produções realizadas no projeto é interessante ressaltar que os cartazes utilizados em caminhada ecológica promovidos pela escola foram produzidos pelos alunos com o auxílio dos professores, com ilustrações educativas e coleta seletiva.



Foto 1 – Brinquedos utilizados no ambiente escolar Fonte: Pesquisa de campo 2010.



Foto 2 - Ornamentos produzidos na escola. Fonte: Pesquisa de campo 2010.



Foto 3 – Coletores seletivos de lixo. Fonte: Pesquisa de campo 2010.

A participação da Secretaria Municipal de Educação foi um aspecto pesquisado. O estudo evidenciou que através do apoio e incentivo deste importante órgão de regulação, ao qual pertence à Escola de Ensino Infantil Berenice Campos, na realização desse projeto é de vital importância para sua execução, pois proporcionou a realização de parcerias com empresas privadas, como também parcerias com outros setores públicos.

Todas essas medidas foram realizadas com o apoio da comunidade ao qual a escola esta inserida, com a participação ativa da representante da Associação de Moradores através da líder comunitária.

O estudo revelou também que apesar de ser aceito pela comunidade, existe a dificuldade de manter uma participação continua dos pais dos alunos nas atividades realizadas pela escola, por motivos de trabalho e necessidades pessoais.

Sendo uma estratégia adotada pela escola, não mudar a rotina de horários durante os eventos, abordando os pais na chegada do aluno a escola.

Apesar das dificuldades encontradas, houve mudanças significativas nos hábitos de higiene e conservação do ambiente limpo e harmonizado, segundo a Coordenadora Pedagógica Prof. Leda.

4. Considerações Finais

Diante do presente estudo podemos afirmar que a aprendizagem será mais efetiva se a atividade estiver adaptada às situações partindo da realidade vivida pelo aluno, ou do meio ambiente que vive aluno e professor, a exemplo das visitas a museus, criadouro científico de animais silvestres, excursões a vários ambientes. Os passeios em trilhas ecológicas se revestem de muita importância porque normalmente as trilhas são interpretativas; apresentam percursos nos quais existem pontos determinados para interpretação com auxílio de placas, setas e outros indicadores, ou então se pode utilizar a interpretação espontânea, na qual monitores estimulam as crianças à curiosidade na medida em que eventos locais e fatos se sucedem. Feitos através da observação direta em relação ao ambiente, os desenhos tornam-se instrumentos eficazes para indicar os temas que mais estimulam a percepção ambiental do observador.

Concordamos ainda que a escola estudada esteja no caminho certo, pois busca realizar experiências práticas que desenvolva o senso crítico dos alunos, sendo esse um dos passos para realização de mudanças.

Todavia nenhuma mudança acontece de forma brusca, mas sim de forma lenta e contínua, não podemos então nos intimidar com as dificuldades, mas fazer delas um estímulo para alcançarmos nossos objetivos.

Neste item apresentar as considerações em relação ao estudo, as sugestões para a melhoria da problemática, respondendo ao(s) questionamento(s) proposto(s) na introdução. Pode-se também fazer alusões para novas pesquisas sobre o tema, com a finalidade de contribuir para o aprofundamento científico.

; de acordo com a Coordenadora Pedagógica Prof. Leda, que é a idealizadora desse projeto, porém não é a única executora dessa ação, pois conta com o apoio de todos os colaboradores da escola e órgãos reguladores competentes, como a Secretaria de Educação do Município de Aracajú, Associação de Moradores, etc.

Referências:

AMBIENTE BRASIL. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br. (Acessado em 14/10/2012, às 15h)

BRASIL, Constituição Federal (1988) **Lei Federal n° 9.795**, de 27 de abril de 1999.

_____. Lei n° 9795 de 27 de Abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. (Acessado em 14/10/2012)

CARVALHO (2008)

DIAS, Genebaldo Freire. **Fundamentos de Educação Ambiental**. Brasília: Universa, 2000, 198p.

ECCLESIA BIBLIOTECA. Disponível em: www.ecclesia.com.br/biblioteca. (Acessado em 05/10/2009, às 16h)

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2004, 4ª Ed.

IBAMA. Disponível em: www.ibama.gov.br. (Acessado em 04/10/2009, às 17h)

JACOBI Pedro, **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003

LICENCIAMENTO AMBIENTAL. Disponível em: www.licenciamentoambiental.eng.br. Acessado em 05/10/2009, às 15h.

MEC. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: www.mec.gov.br. Acessado em 20/09/2009, às 16h.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.) **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis, RJ: vozes, 1997, 294 p.

SATO, Michèle e CARVALHO Isabel Cristina Moura (org.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005, 232 p.

WIKIPEDIA. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Meio_ambiente. (Acessado em 04/10/2009, às 18h)